

Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo**

Ana Maria Oliveira*

Resumo:

Quando o processo da Reconquista entrou na fase final, as famílias nobres fixaram-se nas suas terras. Este processo de sedentarização despoletou o fenómeno da petrificação do habitat, traduzindo-se na construção de novas igrejas, mosteiros, castelos e casas. A nobreza em ascensão espalhou os seus domínios por regiões menos congestionadas do território. As terras imunes multiplicaram-se, criando uma manta complexa que necessitava ser definida e protegida. Assim, os senhores vão adoptar os padrões arquitectónicos e simbólicos das torres de menagem, mandando construir torres residências nos seus domínios. Exemplos desta tipologia são a Torre de Vilar e a Torre de Lordelo, erguidas no Vale do Sousa.

Abstract

When the process of “Reconquista” (retake) entered the final stage, noble families settled in their lands. This process of sedentary habits triggered the phenomenon known as the petrification of the habitat, which consists in the building of new churches, monasteries, castles and houses. The rising nobility spread their domains through less peopled regions of the territory. The immune lands were multiplied, creating a complex net that needed to be defined and protected. Thus the landlords will adopt the architectonic and symbolic patterns of the **towers of keep**, by building residential towers in their domains. Examples of this are Torre de Vilar and Torre de Lordelo, built in Vale do Sousa.

Em qualquer período histórico, o habitat, a par com a alimentação, é um dos elementos fundamentais da vida humana. Primeiro como simples abrigo, depois

como estrutura mais perene, a casa foi-se transformando ao longo dos tempos, reflectindo formas de viver e de sentir. O homem foi deixando os espaços naturais e

* Arqueóloga

** O texto aqui apresentado faz uma abordagem sucinta à Torre de Vilar, pois o seu estudo já foi publicado com detalhe no nº 1 da Revista Oppidum de 2006, nas p. 141-163. Neste artigo será abordada com mais detalhe a Torre de Lordelo – Paredes, igualmente objecto de estudo e comunicação da autora no I Encontro de Arqueologia de Lousada.



Figura 1. Implantação da Torre de Vilar.

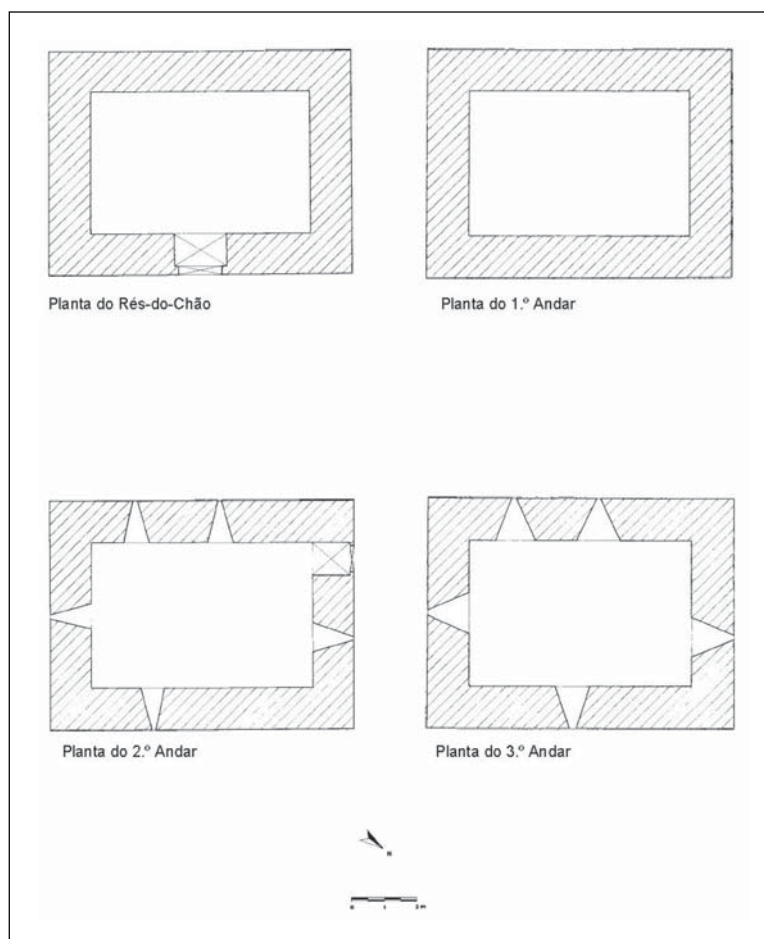


Figura 2. Plantas da Torre de Vilar
(Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Lousada)

construindo novos cenários onde depositava a sua vida e os seus bens.

Da ocupação despersonalizada de lugares, o homem passou a erguer casas numa terra que agora reclama como sua, dando-lhe um limite, um nome, criando a propriedade. A sua habitação já não é apenas um simples abrigo, torna-se um bem, uma marca de família, uma forma de distinção, uma forma de viver.

Com o tempo, a casa deixa de ser uma estrutura frágil, presa fácil do fogo e dos perigos da natureza. Já não é só cabana ou casa de madeira, por vezes, dá lugar à pedra, mais resistente, mais imponente, mais duradoura. “*A casa é um documento autêntico da vida do homem – documento de pedra e cal, mas de extraordinária importância para estudarmos os costumes, a evolução do gosto da vida social.*” (Azevedo, 1988: 13).

A residência senhorial fortificada – *domus fortis* – parece-nos uma tipologia singular que reflecte bem o estilo de vida de um grupo social e a sua relação com a sociedade em geral.

1. Torre de Vilar

A Torre de Vilar, ou Torre dos Mouros como é popularmente conhecida, fica situada no lugar da Torre, na freguesia de Vilar de Torno e Alentém, Concelho de Lousada, erguendo-se sobre o afloramento granítico a uma altitude de cerca de 300m. (Fig. 1)

Sobressai pela sua altura, com cerca de 14 metros. Tem uma planta rectangular com 29m² de espaço útil e paredes em aparelho pseudo-isódomo sem argamassa, com silhares de granito trabalhados a pico fino, apresentando fiadas de grande regularidade e qualidade.

A porta de entrada é no rés-do-chão, na fachada voltada a Nordeste, ostentando um arco de volta perfeita e um

tímpano liso. Tem um único sistema de tranca, sendo a porta de dois volantes com batente central.

Esta entrada não se enquadra no modelo de torres senhoriais fortificadas, que por norma tinham a porta ao nível do primeiro andar e, geralmente, com duplo sistema de tranca, garantindo uma defesa mais eficaz do edifício. O tímpano liso, colocado por baixo do arco de volta perfeita, realça uma certa preocupação estética, dando um ar menos austero à densa massa granítica.

A Torre de Vilar possuía mais três pisos de altura irregular. O primeiro andar tem apenas 1,47m não possuindo qualquer abertura. Desconhecemos a função de tal compartimento. Parecendo-nos, contudo, que não seria ocupado por nenhuma divisão de habitação, dada a sua altura reduzida. Poderia funcionar como um espaço de armazenamento. (Fig. 2)

Os restantes pisos eram destinados à habitação dos senhores. O 2.º andar tem o maior número de aberturas, todas elas frestas, com excepção de uma porta na fachada voltada a Noroeste. As frestas rasgam-se em todas as paredes da Torre, uma em cada face e duas na fachada posterior.

A porta do 2.º andar tem arco recto e levanta alguns problemas de interpretação. Não nos parece que tenha permitido o acesso a uns paços, como sugerem alguns autores, inclinando-nos para a hipótese de ser fruto de um restauro no século XIX. (Fig. 3)

O último piso, o mais afastado da entrada e com mais privacidade, corresponderia à câmara do senhor. Aqui as frestas estão próximas do nível do travejamento e têm arco de volta perfeita.

Acima deste último piso surgem as pedras salientes que sustentariam as asnas do telhado.

Quanto aos senhores que encomendaram esta Torre não há certezas, apenas alguns indícios que poderão ser tomados em consideração. Assim e segundo as Inquirições de 1258, havia na paróquia de Santa Maria de Vilar dez casais, supondo-se uma população pequena. Todos os casais pertenciam a nobres, não havendo propriedade régia.

Dos proprietários destaca-se D. Gil Martins de Riba de Vizela que tinha quatro casais sendo a igreja do mesmo nobre e seus descendentes.

Gil Martins de Riba de Vizela terá um neto chamado Martim Gil de Riba de Vizela II (ou de Sousa), que obterá o título de Conde de Barcelos (1304). O seu vasto património surge registado nas Inquirições

de 1307-1311, havendo a referência que possuía em Lousada trinta casais.

Estes elementos levam-nos a crer numa associação desta família à Torre de Vilar. Por outro lado, devemos realçar que vários autores referem a existência de um documento datado de 24 de Fevereiro de 1306, que terá sido assinado nesta Torre pelo Conde de Barcelos, cuja cópia se encontra no cartório do Mosteiro de Bustelo (Penafiel).

Sendo assim, e admitindo que tenha sido erguida por iniciativa da família dos Riba de Vizela, a Torre de Vilar terá sido construída após as Inquirições de 1258 e antes de 1306, data da assinatura da carta por Martim Gil de Riba de Vizela II (ou de Sousa).

Mas se a data da sua construção não pode ser determinada com alguma segurança, podemos estabelecer paralelos, atendendo às suas características arquitectónicas, com outras domus fortis. Assim, a qualidade e regularidade do seu aparelho, faz-nos lembrar a Torre de Dornelas, em Amares (Braga), que terá sido construída em meados da segunda metade do século XIII. As paredes com poucas aberturas também nos remetem para a Torre de Amares ou para a Torre de Refóios, em Ponte de Lima.



Figura 3. Vista da porta do 2.º andar.

2. Torre dos Alcoforados

2.1. Implantação

A Torre dos Alcoforados é também conhecida por Torre Alta, Torre de Lordelo ou, como muitas outras torres, Torre dos Mouros. Situa-se no lugar da Torre, na freguesia de Lordelo, Concelho de Paredes, numa propriedade privada, pertencente ao Sr. Joaquim Pereira Pinto. As coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, folha 111 – Paços de Ferreira, escala 1/25.000, edição de 1998 são: Latitude 41° 14' 59" N; Longitude 8° 24' 27" W; Altitude 250m. (Fig. 4) O edifício está classificado como “imóvel de interesse público”, segundo o Decreto nº 45/93 de 30 de Novembro de 1993.

Hoje, a Torre dos Alcoforados implanta-se no quin-

tal de uma vivenda de construção recente, no meio de um casario rural que foi crescendo e camuflando a antiga residência medieval. (Fig. 5) Ocupando um outeiro que outrora seria pouco habitado, a Torre ergue-se num afloramento granítico que se destaca no meio do vale agrícola encaixado entre a Serra da Agrela e a Serra de S. Tiago. (Fig. 6) Das linhas hidrográficas conta-se o rio Ferreira que passa a Sudeste do monumento e a ribeira de Feteira a Nordeste. A Norte, e mais próxima da Torre, corre uma tímida ribeira que corta os campos que pertenciam ao domínio desta domus fortis e que desagua na ribeira da Feteira. Espalhados pela antiga propriedade encontram-se vários poços e engenhos que marcam uma exploração agrícola intensiva.

Importa ainda referir que a Torre dos Alcoforados encontra-se no extremo norte do povoado que ocupa o

outeiro no lugar da Torre e que a grande parte das edificações que imediatamente a circundam são de construção recente. O proprietário dos terrenos onde se encontra o edifício procedeu a profundos desaterros do lado Noroeste, para construir a sua vivenda, e acrescentou algumas toneladas de terra em frente à Torre (sensivelmente a Norte) para plantar um pequeno pomar. Do lado Norte e Nordeste, ainda se pode ver que o declive era bastante acentuado, descendo abrupto para os terrenos agrícolas. O casario estende-se para trás da Torre, a Sudeste, numa zona mais regular, que vai descendo suavemente até à estrada nacional 209, que dá acesso ao lugar e que o separa do rio Ferreira.

Quanto à paisagem que circunda a Torre dos Alcoforados, e embora tenha sofrido alterações, tornando-se mais urbanizada e desflorestada, podemos observar ainda a distribuição das parcelas agrícolas, separadas por vinhas ou pequenos cursos de água e descobrir pequenas manchas de floresta que vão alimentando as serrações de madei-

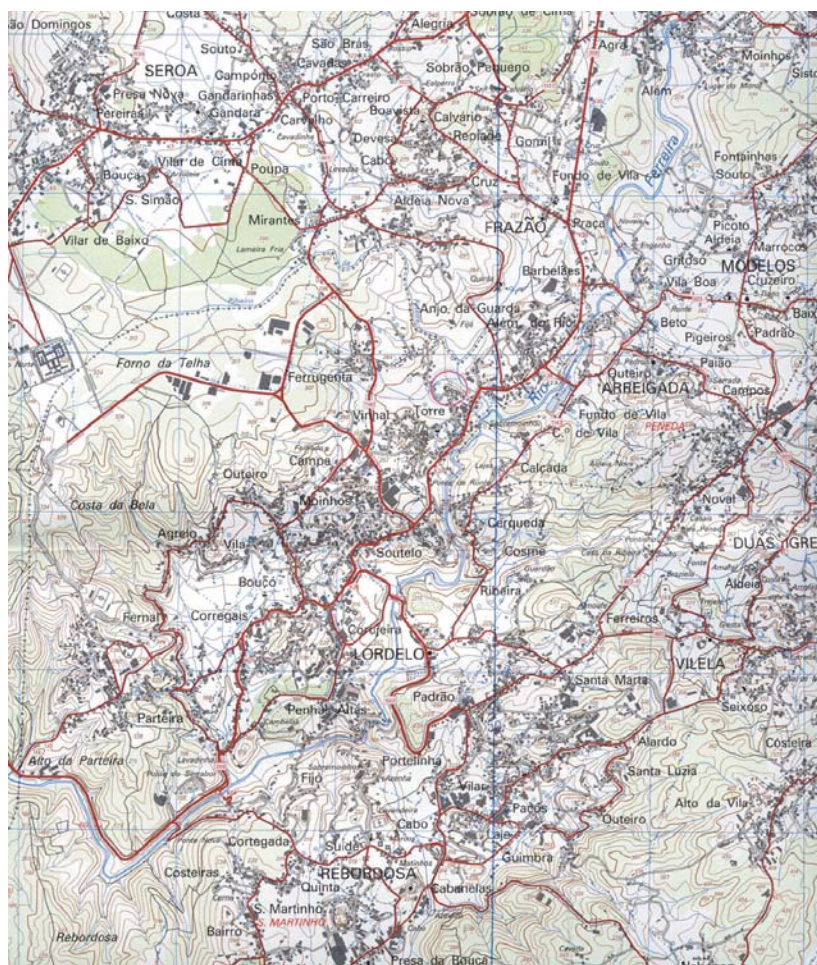


Figura 4. Carta Militar de Portugal. Folha 111. Paços de Ferreira. Escala 1:25000. Edição 4, IGE, 1998.



Figura 5. Vista Sudoeste da Torre dos Alcoforados.

ra. Da paisagem essencialmente agrária foram ficando notícias que, no início do século XX, davam conta de um “*solo muito fértil, produzindo milho, centeio, feijão, batata, linho, hortaliza, legumes e frutas, especialmente melões apimentados, que tão afamados e procurados são.*”¹ O vinho e a criação de gado bovino também são referidos. Ainda em Lordelo, também se destilava aguardente e se produzia azeite. Com excepção de alguns produtos, seriam estas culturas que na Idade Média os terrenos arroteados produziam.

Assim, onde existia o cultivo permaneceram topónimos como Vinhal, Bouça, Campónio, Agra, Lameiro, Cavada, Devesa, Bouço, Agrelo, Campos, Nabeiros, Cortinhas, Arroiteia, entre outros. Todas estas terras eram irrigadas, aproveitando-se as águas dos ribeiros e dos rios através da Presa, da Azenha, do Engenho ou das Levadas. Outros topónimos deixam-nos as referências do saltus, onde se procurava a madeira, a lenha ou, em terrenos menos próprios para o cultivo, se pastava o gado: Soutelo, Outeiro, Tapadinha e Gandara. Por fim, os Moinhos e o Lagar, completavam o ciclo transformando as culturas em

farinhas, azeite ou vinho que eram consumidos pelos camponeses, pagos como renda ou comercializados.

E assim se foram fixando os homens, neste vale do Sousa, onde as elevações de média altitude possibilitaram a construção de Crastos na Idade do Ferro e os rios e caminhos se abriam à circulação, impondo na Idade Média a construção de pontes, como a Ponte das Penhas Altas, e de novas povoações. Multiplicam-se as Aldeias Novas, Vilar de Baixo, para distinguir da Vilar de Cima que possivelmente já existia, Cimo de Vila, também contraposto a Fundo de Vila, Aldeia, Casais, etc. E se há pessoas que

trabalham a terra também havia Senhores que exploravam as suas riquezas. Estes viviam nas Quintãs, nos Paços ou nas Granjas. A propriedade era assim muito repartida e pretendida pelas famílias nobres que, por vezes, deixavam o nome nos seus casais: Ferreiras, Porto Carreiro ou Aboim, e no caso de serem da coroa, Casal do Rei.



Figura 6. A Torre implanta-se sobre o afloramento e está rodeada por campos agrícolas.

¹ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s.v. Paredes, vol. XX, Lisboa / Rio de Janeiro, p. 398.

2.2. Os Senhores

Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, o território do actual Concelho de Paredes corresponderia à metade meridional da medieva Terra de Aguiar de Sousa que acabou diluída nos concelhos vizinhos, ficando o seu nome gravado numa das freguesias de Paredes.

Este território foi palco privilegiado de importantes instituições monásticas, como os mosteiros de Cête, Vandoma, Vilela e Lordelo. Por outro lado, outros mosteiros, exteriores ao Concelho, possuíam aqui vastos bens, como os mosteiros de Ferreira, de Paço de Sousa, de S. Cristóvão de Refojos e de Rio Tinto.

O mosteiro de Lordelo situava-se na freguesia que hoje tem o mesmo nome. Esta freguesia vem referida nas Inquirições de 1258, como paróquia de São Salvador, afirmando-se que aí estava o mosteiro: “*Hic incipit inquisitio Monasterii de Lordelo et parochianorum Sancti Salvatoris ejusdem loci.*”² Ainda segundo as mesmas Inquirições ficamos a saber que o dito mosteiro pertencia a um cavaleiro dos Brandões: “*Petrus Stephani, juratus et interrogatus cujus est ipsum Monasterium, dixit quod est Militum Brandonum.*” O Padre António Carvalho da Costa revela que o Mosteiro pertenceu aos Cónegos Regrantes e que ainda existia em 1478. Por último, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira concorda que o mosteiro seria de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, fundado no século XII, e que estaria desabitado em 1547. Desta data até hoje, o tempo encarregou-se de ir apagando os seus vestígios, conservando-se apenas o topónimo Mosteiro³

Voltemos então às Inquirições de 1258, para analisarmos a posse das terras em Lordelo. Por essa altura, o Rei não tinha terras naquela paróquia e dos doze casais existentes, oito pertenciam ao Mosteiro e quatro eram do cavaleiro de Brandão. O interrogado não soube responder onde ficavam os casais do Mosteiro e não diz o nome do miles de Brandão, levantando-se aqui a primeira dúvida: “*Interrogatus si faciunt inde aliquod forum Domino Regi, dixit quod non. Interrogatus quot casalia habentur in ipsa collatione, dixit*

quod xij.cim, et sunt inde viij.o ipsius Monasterii, et iiij.or sunt Militum Brandonum. Interrogatus unde Monasterium habuit ipsa casalia, dixit quod nescit.”

Parece evidente pelas Inquirições de 1258 que para além dos casais do Mosteiro, a família dos Brandões tinha aqui fortes interesses, talvez uma honra, pois não pagavam nada ao Rei, nem o Rei tinha aqui terras. Importa então analisar esta família, tentando relacioná-la com a Torre que até aqui temos chamado dos Alcoforados.

Segundo a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, a “*notável linhagem dos Brandões*”, seria detentora de um paço torreado na freguesia de Lordelo, por volta do século XII “*ou o mais tardar*” no século XIII, que terá entrado na sua posse por casamento com uma filha dos de Urrô. D. Diogo Golçalves de Urrô, que terá morrido em 1139, teve vários filhos entre os quais D. Rui Dias de Urrô e D. Ximena Dias de Urrô. Estes últimos tiveram duas filhas, D. Maior Rodrigues, filha de D. Rui Dias de Urrô, e D. Teresa Fernandes, filha de D. Ximena Dias de Urrô. Terá sido através destas duas primas que os Brandões se tornaram senhores de Lordelo e padroeiros do Mosteiro, talvez fundado pelos de Urrô. Ainda segundo a mesma fonte, os Brandões não seriam originários desta região do Sousa, mas seriam de “*origem portuguesa*”.

Ainda segundo a fonte anterior, o primeiro dos Brandões teria sido Fernando Brandão, que terá vivido na primeira metade do século XII. Do século XII para o século XIII, aparece um Martim Brandão, suposto neto de Fernando Brandão, que casou com D. Teresa Fernandes, filha de Fernão Gonçalves de Sousa e D. Ximena Dias de Urrô, e que tiveram como filhos os cavaleiros a que as Inquirições se referem: D. Egas Martins Brandão, D. João Martins Brandão e Garcia Martins Brandão, todos “*opulentos fidalgos da região da Maia*”, padroeiros do mosteiro e senhores da honra e torre de Lordelo.

O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro dá-nos muito poucas informações acerca desta família. Na verdade, são dadas esparsas notícias que não permitem saber nem os ascendentes, nem os descendentes das poucas pessoas mencionadas. Ao lermos os apon-

² *Portugaliae Monumenta Historica*, Inquisitiones, vol. I, Lisboa, 1897, p. 574.

³ *Corografia Portuguesa*, 2ª edição, Braga, 1868, p. 332.

tamentos do Conde D. Pedro ficamos a saber que Garcia Martins Brandão, um dos que a Grande Enciclopédia diz ser mencionado nas Inquirições de 1258, foi casado com a prima de sua mãe, D. Mor Rodrigues de Urrô e tiveram quatro filhos, todos eles cavaleiros de um escudo e uma lança e de pouca fazenda.

Pelas raras e confusas notícias sobre os Brandões não poderemos avaliar o seu peso social, nem tão pouco associá-los à construção da Torre de Lordelo. Será conveniente lembrar que as Inquirições de 1258 não referem nenhuma Torre ou paços, podendo não estar construída nesta data. Depois, não sabemos quem são os descendentes de Garcia Martins Brandão. Apenas sabemos que foram cavaleiros de pouca fazenda. A Grande Enciclopédia, dando um salto no tempo, conclui que no tempo de D. Pedro I, era senhor da honra de Lordelo e da Torre um outro Fernão Martins Brandão, filho de Martim Brandão (o novo).

É o Pe António Carvalho da Costa que nos diz, por volta de 1704, que em S. Salvador de Lordelo está a Torre e o Solar dos Alcoforados, sendo seu senhor Pedro Vaz Cirne de Sousa.⁴ Diz ainda que este senhor descende da família de Pedro Martins Alcoforado, o primeiro que adopta este nome, e que seriam padroeiros do Mosteiro de Bustelo, tendo muitas honras naquela província. (Anexo 1)

Felgueiras Gayo, talvez baseado no primeiro autor, atribui a Torre de Lordelo aos Alcoforados, dizendo que o primeiro a adoptar este apelido, Pedro Martins Alcoforado, o teria feito por ser Senhor da Torre dos Alcoforados.

Por fim, Cristóvão Alão de Morais confirma a posse da Torre aos Alcoforados, dizendo que a Torre se situa na freguesia de Lordelo, numa aldeia chamada Ferrugenta (a Noroeste do lugar da Torre) e que terá tomado este nome por ser forra (ou seja, isenta). Quanto ao apelido dos Alcoforados, o autor explica que a sua origem estaria em Alcofra, um couto na terra de Lafões, de que os Alcoforados seriam Senhores.

José Augusto Pizarro afirma na sua investigação que o primeiro Alcoforado terá sido, de facto, Pero Martins, cujo apelido terá tido origem numa alcunha e não num topónimo. O pai deste Alcoforado, Martim

Pires, é referido com bens em Aguiar da Pena e em Aguiar de Sousa. Ao que parece, os Alcoforados terão deixado as terras de Chaves, deslocando-se para o vale do Sousa. É também o mesmo autor a afirmar que esta família se encontra muito bem documentada no Mosteiro de Bustelo, corroborando as afirmações dos autores anteriores que associam os Alcoforados a esta instituição monástica (Pizarro, 1999).

Importa aclarar algumas ideias e manter algumas perguntas para as quais ainda não encontramos resposta. Um primeiro ponto é a certeza de que, em 1258, os Brandões possuíam terras em Lordelo, não havendo referência, nesta paróquia a nenhuns paços ou torre. Não são referidos os nomes destes Brandões e os Livros de Linhagens não ajudam a reconstituir os ramos da família. A única informação que nos fica é que os Brandões casaram com duas primas dos de Urrô, que tinham honras perto de Lordelo.

Parece-nos seguro afirmar que a actual Torre de Lordelo não é, pelas características arquitectónicas, que abordaremos adiante, de construção anterior a 1258. Assim sendo não foi construída pelos Urrô, tendo entrado na posse dos Brandões por dote de casamento. Pode ter existido apenas a honra e a haver uma Torre ou um Paço, as estruturas originais sofreram profundas alterações ou foram reconstruídas. Contudo, ficamos sem saber se foram os Brandões a erguerem a Torre e a que personalidade se deve tal edificação.

Quanto aos Alcoforados, também eles tinham terras perto de Paredes na centúria de Duzentos. No entanto, em 1258, não possuíam casais em Lordelo. Parece importante salientar que, por esta altura, esta família foi estabelecendo algumas alianças matrimoniais importantes, tendo alguns dos seus membros a confiança dos monarcas.

Contudo, permanece a dúvida quanto aos encomendadores da Torre dos Alcoforados.

2.3. A Torre

A Torre dos Alcoforados ergue-se elegante por detrás do casario do lugar da Torre. A edificação em granito passa completamente despercebida a quem

⁴ Corografia Portuguesa, 2ª edição, Braga, 1868, p. 332.



Figura 7. Aparelho da Torre.



Figura 8. Porta da entrada.

segue pela estrada nacional 209, em direcção a Lousada. Só quem segue no sentido inverso pode reparar no topo da Torre que se eleva acima dos restantes telhados. Com uma altura mais modesta em relação à Torre de Vilar (Lousada), a Torre dos Alcoforados conta hoje cerca de 8,60m, faltando no topo algumas fiadas de silhares. No passado não ultrapassaria os 10m de altura, integrando-se assim nos modelos conhecidos de residências senhoriais fortificadas. Exceptuando na fachada principal, foram encostadas construções recentes em todas as faces da Torre. Na fachada posterior encosta uma habitação, na fachada direita um tanque em cimento e na da esquerda uma divisão destinada a animais.

Assentando directamente no afloramento granito, que foi talhado para se tornar mais regular, o construtor optou por uma planta sub-quadrangular de 8,10m x 8,35m, cujas paredes, com cerca de 1,10m de espessura, se erguem em aparelho pseudo-isódomo de qualidade inferior ao da primeira Torre descrita. (Fig. 7) O acesso faz-se pelo rés-do-chão, por uma porta de arco de volta inteira composto por oito aduelas e com uma verga de arco adintelado com quatro aduelas. (Fig. 8) Entre o arco adintelado e o arco de volta perfeita fica um espaço vazio.

A porta é de dois volantes com batente central, pois ainda existem os dois encaixes superiores onde rodavam os eixos. Existia apenas um sistema de tranca cujos negativos se conservam nas paredes do vão, mostrando-se ainda sinais de alterações posteriores. (Fig. 9 e 10) À semelhança da Torre de Vilar, não houve aqui uma preocupação estritamente militar, colocando-se a porta perto do solo e com um sistema simples de tranca. Aliás, como veremos, as soluções arquitectónicas desta Torre privilegiam muito mais o carácter de residência do que de fortificação.

A Torre organiza-se em dois andares, para além do rés-do-chão. (Fig. 11) Este último, para além da porta principal voltada a Noroeste, não tinha mais aberturas e apresenta um pé-direito de cerca de 4,40m. Aproveitando a abertura da porta, este andar poderia ser mais uma divisão residencial, utilizando-se outros espaços exteriores para celeiro.

O primeiro andar tem um pé-direito de cerca de 2,40m e é iluminado por duas janelas, uma voltada para a fachada principal, centrada com a porta do rés-do-chão, e a outra na parede virada a Sudoeste, ligei-

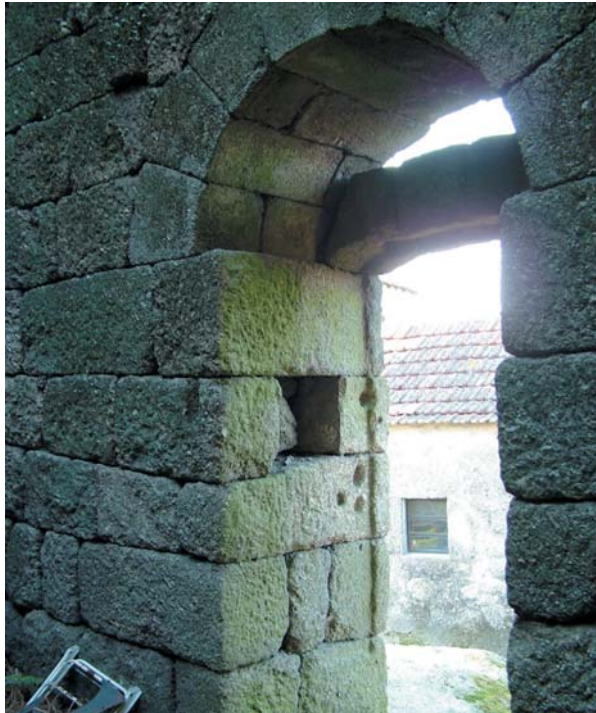


Figura 9. Negativos do sistema de trancas.



Figura 10. Negativos do sistema de trancas.

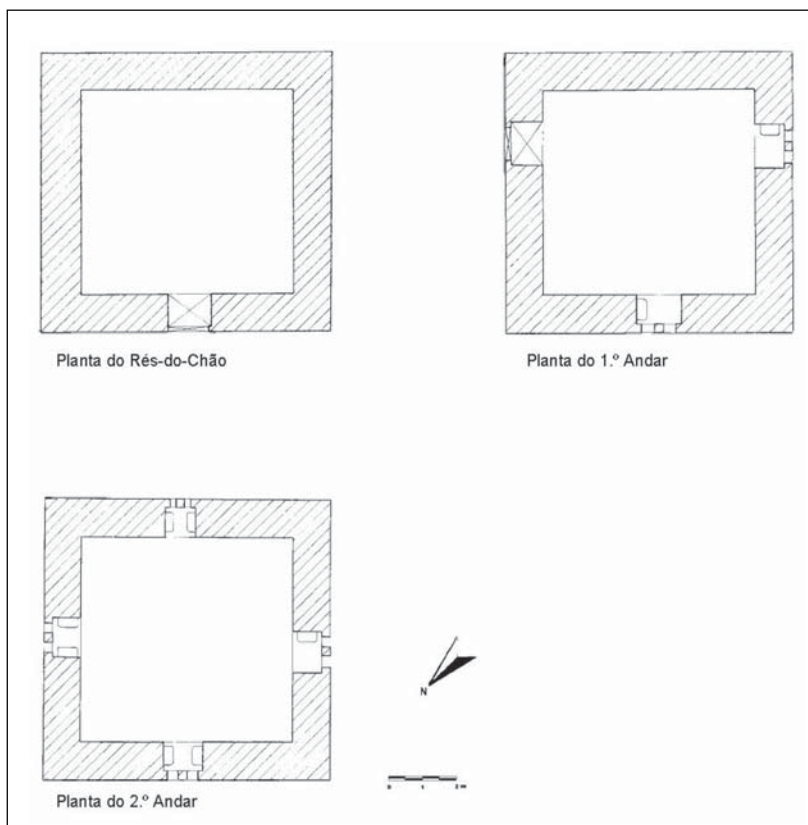


Figura 11. Plantas dos pisos da Torre dos Alcoforados (Freg. de Lordelo, Paredes)

ramente chegada à direita. As janelas são maineladas, com aberturas geminadas e com arcos apontados trabalhados em monólito. O mainel central tem as arestas chanfradas no exterior e pedra horizontal com sistema de tranca no interior. Ainda deste lado as janelas apresentam um arco abatido e uma única conversadeira. (Fig. 12 e 13)

Ainda no primeiro andar, e descentrada para o lado esquerdo, existe uma porta voltada a Nordeste que apresenta do lado externo um arco apontado com arestas chanfradas e do lado interno um arco abatido. Do lado de fora são visíveis as consolas que sustentariam um varandim, talvez de madeira, que teria uma cobertura, pois ainda persistem as mísulas que a sustentava. (Fig. 14)

O segundo e último andar seria o mais baixo, tem apenas cerca de 1,80m de altura, faltando-lhe al-



Figura 12. Janela geminada do primeiro piso.

gumas fiadas de silhares. Aqui encontra-se o maior número de aberturas, sendo cada parede rasgada por uma janela da mesma tipologia das do piso imediata-



Figura 14. Porta do primeiro piso, com consolas para sustentar um varandim.



Figura 13. Pormenor do sistema de tranca da janela.

mente abaixo. Todas as janelas têm duas conversadeiras, à exceção da parede voltada a Sudoeste que apenas tem uma.

Já não existem as estruturas de madeira que constituíam os pisos. Contudo ainda são visíveis os encaixes das traves que sustentavam o sobrado. Os encaixes do 1º piso encontram-se distribuídos na parede da fachada, com seis encaixes e quatro mais pequenos, e na parede posterior, com o mesmo número de negativos. Nas outras duas paredes existe um encaixe, a meio da parede, que sustentava uma trave perpendicular às outras. No 2.º piso o sistema é idêntico mas desta vez os seis orifícios rasgam-se nas paredes laterais, distribuindo-se assim o peso pelas quatro paredes da Torre. (Fig. 15)

O acesso aos vários pisos era feito através de escadas de madeira. Embora não tenhamos encontrado os negativos ou suportes de tais escadas, elas aproveitariam os espaços sem aberturas para serem lançadas.

Tanto no interior como no exterior da Torre dos Alcoforados faltam silhares, que foram caindo com o tempo.

Na fachada principal, do lado exterior e por cima da porta principal, vê-se um sulco na parede, talvez negativo de um alpendre que protegia a entrada.



Figura 15. Orifícios para encaixe das traves dos sobrados.

(Fig. 16) De resto, não há vestígios de anexos que tivessem sido adossados a esta residência fortificada. Se alguma vez existiram, erguiam-se independentes e sem comunicação aparente com a Torre.

Do telhado não subsiste qualquer vestígio. Como faltam as últimas fiadas de silhares, não sobreviveram as pedras que o sustentavam. Como a grande parte das torres senhoriais, esta também teria um telhado em duas ou, mais provavelmente, em quatro águas. À semelhança da Torre de Lourosa do Campo (freguesia de Burgo, Arouca), a cobertura podia assentar em fiadas de telha sobreposta ou numa cornija. Também não encontramos qualquer referência a ameias ou vestígios delas.

Definir uma cronologia para a Torre dos Alcoforados é tarefa um tanto difícil, pois não se conhecem documentos sobre a origem desta residência. Mais uma vez, serão os paralelos arquitectónicos que nos abrem pistas para avançar com um período cronológico. De facto, podemos encontrar no Entre-Douro-e-Minho alguns paralelos arquitectónicos para esta Torre dos Alcoforados. É o caso da Torre de Gomariz (freguesia de Cervães, Vila Verde), que com o mesmo número de pisos apresenta janelas geminadas com mainel central, embora com arco de volta perfeita. Ou a da Torre de Oriz, (freguesia de Santa Marinha, em Vila Verde), e a da Torre de Lourosa do Campo, já citada, ambas do século XIV. É também na Torre de Oriz que podemos encontrar conversadeiras, em pelo

menos uma janela. Ainda como a Torre de Oriz e como a de Lourosa do Campo (embora o acesso primitivo desta última Torre fosse pela porta do 1º andar), a porta de entrada para a Torre dos Alcoforados é no rés-do-chão, prescindindo do carácter militar das portas elevadas, e facilitando a entrada na residência.

O aparelho de construção da Torre de Lordelo não foge muito à qualidade do aparelho da residência senhorial de Lourosa do Campo, ou mesmo de Oriz. As fiadas de silhares não são totalmente regulares, nem mesmo o tamanho dos silhares. Apesar dos cuidados decorativos das janelas, a Torre em estudo não deixa de ter uma estrutura simples, talvez obra de um mestre pedreiro que a

ergueu segundo modelos existentes, socorrendo-se da sua experiência e não de um projecto definido.

Podemos então balizar a construção da Torre dos



Figura 16. Negativos do telhado de um alpendre que protegia a entrada.

Alcoforados na primeira metade do século XIV, visto que a Torre de Lourosa do Campo, com quem tem nítidos paralelos, terá sido erguida no início do século XIV.⁵

Continuando como um símbolo e materialização dos poderes senhoriais, a Torre dos Alcoforados adopta uma linguagem mais residencial do que defensiva, embora mantenha a forma essencial da torre militar. A multiplicação de janelas, e não de estreitas frestas, o cuidado decorativo posto nas aberturas, sobretudo do lado externo, bem como a colocação de conversadeiras, demonstram uma preocupação de conforto e de certo requinte, transformando os espa-

ços habitados, tornando-os mais casa do que forte. O varandim e as aberturas, não foram criadas para vigiar quem se aproxima, mas para possibilitar a quem se encontra dentro da Torre apreciar o que se passa cá fora, debruçando-se na varanda ou sentando-se nos bancos de pedra.

José do Barreiro escreveu na sua Monografia de Paredes: “Esta torre está completamente abandonada. Não tem valor histórico e parece-me que lhe dei mais importância do que merece.” Quanto a nós, pensamos que a Torre dos Alcoforados merece ser objecto de um estudo profundo, para o qual pensamos ter introduzido alguns apontamentos.

⁵ Acerca da data de construção da Torre de Lourosa do Campo ver: Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, tomo 2, Lisboa, FCG, 2000, Insc. de 1312; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, e Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal – O Gótico*, 1ª edição, vol. 2, Lisboa, 2002, p. 106.

Bibliografia

- Á Descoberta do Vale do Sousa. Rotas do Património Edificado e Cultural* (2003). Associação de Municípios do Vale do Sousa, Héstia Editores, 2ª Edição.
- ALMEIDA, Carlos A. F. de, e BARROCA, Mário J. (2002) - *História da Arte em Portugal. Gótico*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1995) - *Patrimonium. Ficha de Inventário da Terra de Sousa. Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira*, Ficha nº 32, Edição Etnos, Lda.
- AZEVEDO, Carlos (1988) - *Solares Portugueses.*, Mem-Martins: Livros Horizonte, 2ª edição.
- BARREIRO, José do (1922) - *Monografia de Paredes*. Porto.
- BARROCA, Mário Jorge (1989) - Em torno da Residência Senhorial Fortificada - Quatro Torres Medievais na Região de Amares. *Revista de História*. Porto. V. IX, p. 9-61.
- BARROCA, Mário Jorge (1998) - Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes – A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII – XV). *Revista de História das Ideias*. V. 19, pp. 39-103.
- BOUARD, Michel (1977) - *Manual de Arqueologia Medieval. De la prospección a la historia*. Barcelona: Editorial Teide/Editorial Base.
- COSTA, Pe. Antonio Carvalho de (1868) - *Corografia Portuguesa*. Braga. T. I, 2ª Edição.
- DEBORD, André (1986) – A partir de l'anguoumois: réflexion lexicographique sur la notion de maïsois forte. Paris : Éditions du CNRS, p. 307-315.
- MOREIRA, Domingos A. (1974) - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação onomástica*. Porto. Sep. de *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, S. I, V. 35, p. 41.
- MOREIRA, Domingos A. (1989/90) – “Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação onomástica”. Porto. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, S. II., V. 7/8, p. 113.
- DUBY, Georges (1979) - *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade*. Lisboa: Editorial Estampa.
- GAYO, Felgueiras (1938) - *Nobiliário de Famílias Portuguesa*. [S.l.]: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, T. II.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- KOCH, Wilfried (1982) - *Estilos de Arquitectura. A arquitectura europeia da Antiguidade aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Presença. V. II.
- KRUZ, L. (1994) – “O Rei herdeiro dos Condes: D. Dinis e a herança dos Sousas”. In *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*. Redondo. Patrimonia. P. 59-99.
- LEAL, Augusto Soares A. B. de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Caedoso & Irmão.
- Lousada. Terra Prendada* (1996). Paços de Ferreira: Anégia Editores.
- MARQUES, A. H. de, (1974) – *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- MATTOSO, José (1998) - Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa. *Revista de História das Ideias*. V. 19, p. 7-29.
- MATTOSO, José (1980) - *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1985) - *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Editorial Estampa, V. I.
- MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães Editores. 2ª Edição.
- Memórias Paroquiais de 1758. As freguesias de Lousada*. v.s. Freguezia de Santa Maria de Villar do Torno. Câmara Municipal de Lousada (texto transcrito da Torre do Tombo pela Dra. Sandra Pinto).
- MIRANDA, Abílio - A Torre “dos Mouros”. *Portugal Económico, Monumental e Artístico*.
- MIRANDA, Abílio (1943) - *Terras de Lousada (A Torre dos Mouros)*, Separata do Jornal de Lousada, Lousada.
- MOLARES, Ana Maria Pereira (1979) - *La arquitectura del pazo en Vigo y su comarca*. Madrid: COAG.
- MORAIS, Cristóvão Alão de - *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*. Porto: Livraria Fernando Machado. T. IV, V. I, fasc. Nº 55-56.
- MOREIRA, Pe Domingos A. (1989/90) - Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*: Porto. II Parte, 2ª Série, V. 7/8.
- PIZARRO, José Augusto (1993) - D. Dinis e a Nobreza nos finais do Séc. XIII. *Revista da Faculdade de Letras. História*: Porto. 2ª Série, V. 10, p. 90-101.
- PIZARRO, José Augusto (1999) - *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto. *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones* - (1897). Lisboa. V. I.
- Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (ed. Crítica por J. Mattoso) (1980). Lisboa: Academia de Ciências. Nova Série, V. II/1.
- Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Deão* (ed. Crítica por J. Mattoso) (1980). Lisboa: Academia de Ciências. Nova Série, V. I.
- Portugaliae Monumenta Historica, Livro Velho de Linhagens* (ed. Crítica por J. Mattoso) (1980). Lisboa: Academia de Ciências. Nova Série, V. I.
- SETTIA, Aldo A. (1980) - Tra Azienda Agricola e Fortezza: Case Forti, “Motte” et “Tombe” nell'Italia Settentrionale. Dati e Problemi. *Archeologia Medievale*. Firenze. V. VII, p. 31-54.

SILVA, João Belmiro Pinto da (1996) - *Dez Torres Senhoriais no Baixo Douro*. Marco de Canaveses.

SILVA, José Custódio Vieira da Silva (1999) - A Torre ou Casa Forte Medieval. Pontevedra: *El Museo de Pontevedra*. V. LIII.

SILVA, José Custódio Vieira da (2002) - *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património. 2ª edição.

SOUSA, António Caetano de - História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Coimbra: Atlântida Livraria Editora. T. XII, Parte II.

SOUSA, José João Rigaud de (1984) - Torre de Oriz. *Lucerna, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto. p. 341-354.

WAHA, Michel de, (1986) - Habitat “seigneuriale” et paysage dans le Hainaut Médiéval. Paris : Éditions du CNRS. p. 95-111.